

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.651 - RJ
(2019/0344825-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : BRUNO FERREIRA CAMPOS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

BRUNO FERREIRA CAMPOS DOS SANTOS alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** no HC n. 0058020-18.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. O flagrante foi convertido em segregação preventiva, haja vista a necessidade de se acautelarem os interesses da jurisdição penal.

Irresignada com o cárcere, a defesa impetrou prévio *mandamus* perante a Corte de origem, que lhe denegou a ordem, preservando a custódia provisória do réu.

Nas razões deste feito, sustenta o recorrente, resumidamente, o não preenchimento dos requisitos para a imposição da medida extrema elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e a falta de fundamentação concreta do decreto prisional, pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Ressalta possuir todos os predicativos para que responda solto à ação penal movida em seu desfavor, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Pleiteia, assim, o provimento do recurso, para que lhe seja concedida liberdade provisória.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso.

Decido.

No que tange às razões que fundamentam a segregação cautelar, destaco que o Juiz convolou o flagrante em prisão preventiva com base na **gravidade concreta do delito – em que apreendida grande quantidade de drogas diversas, sendo uma delas altamente deletéria aos usuários**. É o que se abstrai do excerto do decreto prisional a seguir colacionado (fls. 15-17, destaquei):

O custodiado foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas (artigo 33, caput, da Lei 11343/06), tratando-se, portanto, de delito punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.

As provas da existência do crime e os indícios suficientes de autoria verificam-se através dos depoimentos prestados pelas testemunhas em sede policial, auto de apreensão, bem como Laudo Pericial realizado na substância apreendida, constatando tratar-se de **267,50g de MACONHA e 21,20g de COCAÍNA**.

Em síntese, os policiais narram que estavam em patrulhamento pelos bairros de SANTA TERESA e LARANJEIRAS, quando avistaram um indivíduo com atitude suspeita. Ato contínuo, procederam a abordagem e em revista pessoal lograram êxito em arrecadar com o custodiado 113 invólucros de plástico contendo erva seca, 16 pinos de pó branco e 29 potes com pó branco.

Pelo que se infere dos relatos acima mencionados, bem como do auto de apreensão e laudo pericial há indícios suficientes do *fumus comiss delicti*.

[...]

O custodiado foi preso em flagrante em localidade já conhecida pelo tráfico de drogas, na **posse de grande e diversificada quantidade de material entorpecente**, pelo o que se infere que seria para fins de traficância.

Toda a dinâmica delitiva demonstra a reprovabilidade da conduta, a periculosidade do custodiado, bem como o iminente risco à ordem pública.

Insta ressaltar que o fato de o custodiado não ostentar anotações anteriores em sua FAC e/ou apresentar comprovante de residência fixa e ocupação lícita por si só não impede a decretação de sua prisão preventiva, devendo o magistrado atentar também para as circunstâncias do crime e sua gravidade em concreto.

[...]

O *periculum libertatis* pode ser aferido ante às circunstâncias do delito, haja vista a grande quantidade e o tipo de material entorpecente apreendido. Assim, mostra-se que a manutenção da custódia cautelar medida necessária, haja vista que a concessão de liberdade ao custodiado colocaria em risco a ordem pública.

A esse respeito, urge consignar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme ao asseverar "[não ser] ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto dos fatos delituosos, **cifrada na significativa quantidade de substância entorpecente apreendida**" (RHC n. 93.740/MG, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 12/3/2018, destaquei).

No mesmo sentido:

[...]

III - Na hipótese, a segregação cautelar encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública, **notadamente se considerada a grande quantidade de entorpecente apreendido "90 quilos de maconha", circunstância apta a ensejar a manutenção da segregação cautelar do paciente.**

[...]

Habeas Corpus não conhecido (HC n. 457.378/MG, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 10/10/2018, destaquei).

[...]

4. A elevada quantidade de material tóxico capturado em poder da dupla criminosa - mais de 100 Kg de maconha -, que estavam sendo transportados em um veículo de origem ilícita pelos agentes, são circunstâncias que, somadas, **evidenciam dedicação à narcotraficância, denotando a existência do *periculum libertatis* que autoriza a preventiva.**

[...]

7. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem (HC n. 384.499/MS, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 30/8/2017, destaquei).

Ressalto, por oportuno, que a presença de condições pessoais favoráveis, como a primariedade, não impede a decretação da

prisão preventiva. Confira-se:

[...] 2. Foram apreendidos com o recorrente 200g de maconha, 82g de crack e 700g de solvente organoclorado, quantidade e diversidade que, aliadas às circunstâncias em que se deu o flagrante, justificam o encarceramento cautelar para garantia da ordem pública.

3. Circunstâncias pessoais favoráveis, por si sós, não impedem a decretação da prisão cautelar. (Precedentes.) 4. Recurso ordinário em habeas corpus não provido. (**RHC n. 67.524/RJ**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 30/3/2016)

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator